

COMUNICADO CEA-ESMP Nº 13/2018 – SETOR PÓS-GRADUAÇÃO

O Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público de São Paulo comunica aos Membros e Servidores do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito a realização do **1º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, Pós-Graduação "lato sensu", devidamente credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, cujas normas são as que seguem:

PLANO DO CURSO

OBJETIVOS

O curso de especialização em Direito Processo Civil, ora apresentado, tem por finalidade o aprofundamento técnico e prático indispensável à atuação profissional voltada para este segmento do conhecimento jurídico.

Trata-se de curso com ênfase em temas contemporâneos, alinhados às pesquisas da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, em área que desperta grande interesse da comunidade jurídica, voltado especialmente a profissionais que já atuam nesse cenário e que buscam um maior grau de especialização na área do processo civil.

Destinado a promotores e procuradores de justiça, servidores do Ministério Público com bacharelado em Direito, advogados, defensores públicos, magistrados e demais operadores do Direito, assim como candidatos aos principais concursos públicos do país, na medida em que o Direito Processual Civil constitui base importante dos editais. Esses são, resumidamente, os objetivos:

- 1 - Formar especialistas em Direito Processual Civil capazes de enfrentar os complexos desafios contemporâneos do Sistema de Justiça e os problemas que obstam a celeridade e eficácia das decisões judiciais, com uma compreensão abrangente e crítica, com consistência e atualidade científica.
- 2 - Formar especialistas atualizados em relação às inovações legislativas e doutrinárias nas áreas do Processo Civil.
- 3 - Fornecer subsídios técnicos e jurídicos voltados ao ensino superior nas especialidades apontadas.
- 4 - Estimular a pesquisa para a adoção de ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos judiciais e extrajudiciais de concretização de um Estado Social e Democrático de Direito.

ESTRUTURA DO CURSO

O curso de especialização em Direito Processual Civil desenvolver-se-á com a carga horária mínima de 360 horas de aulas presenciais, e será composto de forma modulada, acrescido de 82h de atividades práticas, monitoradas pela Plataforma e 8h de orientação de trabalho de conclusão de curso totalizando 450h:

DIRETRIZES E MÓDULOS:

**MÓDULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL–60h
(Presenciais)-16h (EAD)**

Período de 18/03/2019 a 08/05/2019

MÓDULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO–40h (Presenciais) – 6h (EAD)

Período de 15/05/2019 a 24/06/2019

MÓDULO III – PROCESSO NOS TRIBUNAIS – 48h (Presenciais) – 6h (EAD)

Período de 05/08/2019 a 23/09/2019

MÓDULO IV – EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS - 84h (Presenciais) – 30h (EAD)

Período de 25/09/2019 a 19/02/2020

MÓDULO V – IMPACTOS DO CPC/2015 - 64h (Presenciais) – 24h (EAD)

Período de 02/03/2020 a 13/05/2020

MÓDULO VI – METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR – 64h

(Presenciais). Distribuídas ao longo dos módulos, em dias regulares ou sábados

Período de 13/05/2019 a 11/05/2020

A coordenação das atividades administrativas e acadêmicas da Escola, incluídas entre elas a formulação e a observância da grade curricular e dos respectivos programas, caberá a dois coordenadores gerais, nomeado pelo diretor da Escola. Estes coordenadores serão auxiliados por assessores do Ministério Público do Estado de São Paulo, com formação superior, responsáveis pelo planejamento, organização, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas e por um assessor do Ministério Público do Estado de São Paulo, com formação superior, responsável pelo acompanhamento financeiro do curso.

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas ao Direito Processual Civil.

Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade dos coordenadores ou da direção do CEAFF-ESMP.

O curso de especialização será ministrado às 2^{as} e 4^{as} feiras no período noturno.

Excepcionalmente, e em casos de extrema necessidade, aulas de reposição poderão ser marcadas aos sábados, no período matutino.

AVALIAÇÃO

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diversas experiências de aprendizagem, levando-se em conta os objetivos gerais e específicos previstos para o curso.

As avaliações serão expressas em notas graduadas na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se os 0,5 (cinco décimos).

Os instrumentos de avaliação serão utilizados como recursos para que se realize o acompanhamento, a avaliação e o controle do desenvolvimento das programações curriculares. Na sua elaboração, ter-se-á em vista a adequação a natureza e ao tratamento metodológico dado à matéria, aos objetivos propostos, e, em especial, ao nível de maturidade, do conhecimento e da experiência do aluno.

O aluno será considerado aprovado em cada módulo se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, "caput", do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação

nº 108/2011 do CEE). A média de cada módulo será calculada pela realização dos trabalhos práticos (30%) e por uma avaliação teórica (70%), além da assiduidade mínima indicada.

Para a obtenção do certificado do curso de extensão em qualquer um dos módulos, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) no respectivo módulo;
- II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - Média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;
- II - Frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;
- III - elaboração de um trabalho de conclusão de curso que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

Ao final do curso, o aluno apresentará um trabalho de conclusão sobre tema pertinente à área de Direito Processual Civil, observando-se rigorosamente as seguintes linhas de pesquisa:

Princípios constitucionais do Direito Processual Civil
Função jurisdicional e limites da jurisdição nacional
Cooperação internacional
Ação e as suas condições
Legitimidade ordinária e extraordinária
Intervenção de terceiros
Incidente de desconsideração da personalidade jurídica
Poderes do juiz
Ministério Público como fiscal da ordem jurídica. Limites e responsabilidade
O papel do advogado. Honorários advocatícios
Negócio processual
Nulidades processuais
Improcedência liminar do pedido
Tutela provisória
Mecanismos de conciliação e mediação
Contestação e reconvenção
Provas ilícitas
Meios típicos e atípicos de provas
Sentença e sua motivação
Coisa julgada
Precedentes vinculantes
Recurso especial repetitivo
Repercussão geral
Reclamação
Poderes do relator
Incidente de resolução de demandas repetitivas
Ação rescisória
Ação anulatória
Princípios gerais dos recursos
Requisitos de admissibilidade dos recursos
Requisitos específicos da execução
Partes e responsável patrimonial na execução

Fraude à execução
Cumprimento de sentença
Penhora
Expropriação de bens
Meios coercitivos na execução de obrigação de fazer
Alimentos e sua execução
Execução contra a Fazenda Pública
Defesa do devedor
Ação de consignação em pagamento
Ação possessória
Embargos de terceiros
Ação monitória
Dissolução parcial da sociedade
Legitimidade de parte na ação civil pública
Inquérito civil
Eficácia da sentença coletiva
Execução individual da sentença coletiva
Mandado de segurança coletivo
A sentença na ação de improbidade administrativa

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

Período de Inscrições: 03 de dezembro de 2018 a 10 de março de 2019
Período de Matrícula: 11 a 14 de março de 2019
Início das aulas: 1º semestre - 18 de março de 2019
Término das aulas: 1º semestre 2019 – 24 de junho de 2019
Início das aulas: 2º semestre 2019 – 05 de agosto de 2019
Término das aulas: 2º semestre 2019 – 11 de dezembro de 2019
Início das aulas: 3º semestre 2020 – 10 de fevereiro de 2020
Término das aulas: 3º semestre 2020 – 13 de maio de 2020
Orientação de trabalho de conclusão de curso: 18 de maio de 2020 a 30 de outubro de 2020
Entrega do trabalho de conclusão de curso: 11 de dezembro de 2020

CORPO DOCENTE:

ALBERTO CAMIÑA MOREIRA - <http://lattes.cnpq.br/5146696684893050>
ALEXANDRE ALVES LAZZARINI - <http://lattes.cnpq.br/7354481881829985>
ALEXANDRE DAVID MALFATTI - - <http://lattes.cnpq.br/9451026739942216>
ANA LUIZA BARRETO DE ANDRADE FERNANDES NERY
<http://lattes.cnpq.br/4599984468177276>
ANA CÂNDIDA MENEZES MARCATO - <http://lattes.cnpq.br/9816024068533887>
ANSELMO PRIETO ALVAREZ - <http://lattes.cnpq.br/7855142507591870>
ANTONIO CARLOS MARCATO - <http://lattes.cnpq.br/8060843039437564>
ANTONIO RIGOLIN – Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo – Professor da Escola Paulista de Direito - EPD
ARAKEN DE ASSIS - <http://lattes.cnpq.br/7175793500123806>
CARLOS ALBERTO DE SALLES - - <http://lattes.cnpq.br/0824200021877632>
CASSIO SCARPINELLA BUENO - - <http://lattes.cnpq.br/9469392796850504>
CHRISTIANO CASSETTARI - - <http://lattes.cnpq.br/4780500978951504>
CLÁUDIO LUIZ BUENO DE GODOY - <http://lattes.cnpq.br/1415976105445242>
EDUARDO ARRUDA ALVIM - <http://lattes.cnpq.br/8576414745812691>
FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO - <http://lattes.cnpq.br/9554142049617388>
FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI - <http://lattes.cnpq.br/3573119844737941>
FLÁVIO LUIZ YARSHELL - <http://lattes.cnpq.br/5701058418861895>

FRANCISCO EDUARDO LOUREIRO - <http://lattes.cnpq.br/1407391975887922>
GIANPAOLO POGGIO SMANIO - <http://lattes.cnpq.br/9297681530922931>
GILSON DELGADO MIRANDA - <http://lattes.cnpq.br/0984986751289921>
HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA - <http://lattes.cnpq.br/4385694448944925>
HORIVAL MARQUES DE FREITAS - <http://lattes.cnpq.br/9569076807419841>
HUGO NIGRO MAZZILLI – Professor Emérito do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo
JAMES ALBERTO SIANO - <http://lattes.cnpq.br/6511815707614732>
JOSÉ ANTONIO REMÉDIO - <http://lattes.cnpq.br/1121639468800540>
JOSÉ CARLOS DE FREITAS - <http://lattes.cnpq.br/7907600039104194>
JOSÉ FERNANDO STEINBERG - <http://lattes.cnpq.br/5790113927015673>
JOSÉ HORÁCIO CINTRA GONÇALVES PEREIRA -
<http://lattes.cnpq.br/7675120829442519>
JOSÉ MARIA CÂMARA JÚNIOR - <http://lattes.cnpq.br/3957153317382663>
JOSÉ ROBERTO DO SANTOS BEDAQUE - <http://lattes.cnpq.br/4882467055578030>
JOSÉ ROGERIO CRUZ E TUCCI - <http://lattes.cnpq.br/7505302195986589>
LEONARDO FERRES DA SILVA RIBEIRO - <http://lattes.cnpq.br/0502400537119825>
LUIS EDUARDO SIMARDI FERNANDES - <http://lattes.cnpq.br/3477451860563294>
LUIZ GUILHERME PENNACCHI DELLORE - <http://lattes.cnpq.br/1384262584275717>
MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI - <http://lattes.cnpq.br/9657582608366375>
MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS -
<http://lattes.cnpq.br/4283912834478902>
MÁRCIO CAMMAROSANO - <http://lattes.cnpq.br/6431640845277526>
MARCOS VINICIUS KIYOSHI ONODERA - <http://lattes.cnpq.br/8527480604555089>
MARCOS STEFANI - <http://lattes.cnpq.br/4631938049873342>
MARCUS VINÍCIUS RIOS GONÇALVES – Mestre em Direito pela PUC/SP
NELSON NERY JUNIOR - <http://lattes.cnpq.br/9500090190732995>
OLAVO DE OLIVEIRA NETO - <http://lattes.cnpq.br/1787839156157448>
OSWALDO PEREGRINA RODRIGUES - <http://lattes.cnpq.br/4853414754033726>
PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA <http://lattes.cnpq.br/1217979444323875>
PATRICIA MIRANDA PIZZOL - <http://lattes.cnpq.br/0563787911077447>
RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA - <http://lattes.cnpq.br/2236863695747684>
RICARDO DE BARROS LEONEL - <http://lattes.cnpq.br/7161239483817648>
RICHARD PAULO PAE KIM - <http://lattes.cnpq.br/6428673396519957>
RODRIGO OTÁVIO BARIONI - <http://lattes.cnpq.br/8626618355528476>
SAMIRA HAYDEE DAL FARRA NASPOLINI SANCHES -
<http://lattes.cnpq.br/4529730931640744>
SAUL SIMÕES JÚNIOR - <http://lattes.cnpq.br/3009401498472829>
SERGIO SEIJI SHIMURA - <http://lattes.cnpq.br/0426275034329432>
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - <http://lattes.cnpq.br/2042349916662446>

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área do Direito Penal e Processo Penal.

Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade dos professores coordenadores ou da direção do CEAFF-ESMP.

VAGAS, INSCRIÇÕES E MATRÍCULA

NÚMERO DE VAGAS: 70 (setenta)

INSCRIÇÕES

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

Somente serão concedidos descontos, em conformidade com deliberação da Direção do CEAF-ESMP, a Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo e a Servidores da Instituição, reservadas, nesse caso, 15% das vagas disponíveis.

PERÍODO DE INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas no período de 03 de dezembro de 2018 a 10 de março de 2019, pelo preenchimento de formulário *online* e a inclusão dos anexos em PDF da documentação necessária. Acesso disponível, na página do CEAF-ESMP (www.esmp.mp.br) no *link* cursos/especialização.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- RG e CPF (cópias reprográficas simples);
- Diploma de graduação em Direito e o respectivo Histórico Escolar (cópias reprográficas autenticadas);
- 1 Foto 3x4;
- Carteira funcional (no caso de Servidores e Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo)

Toda a documentação deverá ser anexada no ato da inscrição em formato PDF, no ambiente *online* disponibilizado.

PERÍODO DE MATRÍCULA

11 de março de 2019 a 14 de março de 2019, pelo *link* que será encaminhado por e-mail. Sua efetivação se dará somente após o pagamento da 1ª mensalidade com vencimento em até dois dias, após emissão do boleto.

A rematrícula deverá ser, obrigatoriamente, renovada a cada novo módulo do curso, compreendendo-se, em caso de não renovação, o desejo de obtenção de simples certificado do módulo cursado a título de **CURSO DE EXTENSÃO**.

MENSALIDADE

Serão 17 mensalidades de R\$ 700,00 de março de 2019 a julho de 2020, sendo a 1ª mensalidade com vencimento no ato da matrícula e as demais com vencimento no dia 10 de cada mês.

NÚMERO MÍNIMO DE MATRICULADOS

Caso não seja atingido o número mínimo para viabilização financeira, o curso não será oferecido e os valores serão devolvidos aos interessados.

PROGRAMA DO CURSO

MÓDULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

CARGA HORÁRIA - 60h (Presenciais) – 16h (EAD)

- Estrutura geral do Novo Código de Processo Civil. Normas Fundamentais. Princípios constitucionais do direito processual civil;
- Função jurisdicional. Limites da jurisdição nacional. Cooperação internacional;
- Competência interna. Organização Judiciária;
- Ação. Condições. Elementos. Classificação. Pressupostos processuais;
- Partes. Sucessão e substituição processual. Deveres das partes. Conduta atentatória à dignidade da justiça. Litigância de má-fé.
- Litisconsórcio. Assistência;
- Denúnciação da lide. Chamamento ao processo.
- Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*.
- Juiz. Poderes. Impedimento e suspeição.
- Ministério Público.
- Advocacia privada e pública. Honorários advocatícios. Defensoria Pública.
- Atos processuais. Forma, tempo. Prazos. Preclusão. Negócios Processual.
- Comunicação dos atos processuais (citação, intimação, carta).
- Nulidades processuais. Formação, suspensão e extinção do processo.

MÓDULO II – PROCESSO DE CONHECIMENTO

CARGA HORÁRIA - 40h (Presenciais) – 6h (EAD)

- Petição inicial, valor da causa, pedido;
- Indeferimento liminar da petição inicial. Improcedência liminar do pedido;
- Tutela provisória. Tutelas de urgência e de evidência;
- Audiência de conciliação e mediação. Práticas do CNJ;
- Contestação. Revelia. Reconvencção;
- Julgamento conforme o estado. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento. Organização do processo. Audiência de instrução e julgamento;
- Provas. Disposições gerais. Prova emprestada. Prova ilícita. Ônus da prova. Produção antecipada da prova. Prova documental. Exibição de documento. Ata notarial;
- Provas orais. Depoimento pessoal. Confissão. Prova testemunhal. Prova pericial. Perito. Provas atípicas.;
- Sentença. Elementos. Motivação. Remessa necessária. Coisa julgada.

MÓDULO III – PROCESSO NOS TRIBUNAIS

CARGA HORÁRIA - 48h (Presenciais) – 6h (EAD)

- Processo nos tribunais. Precedentes. Súmulas. Súmulas vinculantes;
- Precedentes vinculantes no juízo arbitral;
- Ordem dos processos. Prevenção. Poderes do Relator. Técnica de julgamento. Sustentação oral;
- Incidente de assunção de competência. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória;
- Ação rescisória. Ação anulatória;
- Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação;
- Teoria geral dos recursos. Princípios fundamentais dos recursos;
- Requisitos de admissibilidade;
- Apelação;

- Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração;
- Recursos para o STF e STJ. Julgamento de recursos repetitivo.

MÓDULO IV – EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CARGA HORÁRIA - 84h (Presenciais) – 30h (EAD)

- Processo de execução. Disposições gerais. Competência;
- Títulos executivos judiciais e extrajudiciais;
- Execução por quantia certa. Citação. Penhora;
- Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução;
- Cumprimento de sentença. Disposições gerais. Liquidação de sentença;
- Cumprimento de sentença (obrigação de pagar quantia certa);
- Expropriação de bens: adjudicação e alienação;
- Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa;
- Execução de alimentos fundada em título executivo judicial e extrajudicial;
- Execução contra a Fazenda Pública;
- Defesa na execução. Embargos à execução. Impugnação. Suspensão e extinção da execução;
- Execução Fiscal;
- Procedimentos especiais. Consignação em pagamento. Ação de exigir contas;
- Ação possessória;
- Embargos de terceiros. Oposição;
- Ação monitória;
- Ações de Família;
- Inventário;
- Dissolução parcial de sociedade;
- Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Divórcio e extinção consensual de união estável. Interdição;
- Usucapião extrajudicial;
- Impactos do CPC/2015 no Juizado Especial Cível.

MÓDULO V – IMPACTOS DO CPC/2015

CARGA HORÁRIA - 64h (Presenciais) – 24h (EAD)

- No Processo Coletivo - Interesses difusos e coletivos;
- No Processo Coletivo - Inquérito civil;
- No Processo Coletivo - Compromisso de ajustamento;
- No Processo Coletivo - Competência;
- No Processo Coletivo - Legitimidade;
- No Processo Coletivo - Direito de defesa na ação coletiva;
- No Processo Coletivo - Sentença;
- No Processo Coletivo - Coisa julgada;
- No Processo Coletivo - Recursos;
- No Processo Coletivo - Liquidação e execução individual da sentença coletiva;
- No Processo Coletivo - Fundo de direitos difusos e coletivos;
- No Processo Coletivo - Mandado de segurança coletivo;
- No Processo Coletivo - Liquidação extrajudicial ou Atuação do MP na recuperação empresarial;
- No Processo Coletivo - Ação de improbidade administrativa;
- No processo do trabalho - Instrução normativa TST;
- No processo eleitoral;
- No processo administrativo.

MÓDULO IV - METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

CARGA HORÁRIA – 64h

- Conhecimento, modos de conhecer o mundo, o conhecimento científico e a ciência do direito;
- Pesquisa, pesquisa acadêmica, etapas da pesquisa: escolha do tema, levantamento de dados, elaboração do projeto de pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC;
- Projeto de Pesquisa I: tema, delimitação do tema, problema hipóteses e justificativa;
- Projeto de Pesquisa II: objetivos, metodologia, referencial teórico e sumário provisório;
- Oficina de projeto de pesquisa;
- Pesquisa teórica: bibliográfica, legislação, histórica, Direito Comparado;
- Pesquisa Empírica: jurisprudência, estudo de caso, entrevistas e bancos de dados;
- Artigo Científico: componentes, resumo, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências;
- Monografia Jurídica: componentes, resumo, introdução, desenvolvimento, conclusão e referências;
- Redação e normas para a apresentação de trabalhos científicos de acordo com a ABNT;
- A importância da pesquisa e a educação superior no país;
- Diretrizes curriculares e o ensino jurídico em novo contexto: globalização, pluralismo jurídico e ativismo judicial;
- Diretrizes curriculares: eixos de formação, disciplinas, atividades complementares;
- Diretrizes curriculares: pesquisa, extensão e núcleo de prática jurídica;
- Didática aplicada ao ensino do Direito: plano de ensino e metodologias de aula;
- Didática aplicada ao ensino do Direito: avaliação.

MAIS INFORMAÇÕES

Pelos telefones: (11) 3017-7782/7783 ou pelo e-mail esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Coordenação Geral:

Antonio Carlos da Ponte - <http://lattes.cnpq.br/7570867927380829>

Procurador de Justiça

Diretor do CEAF-ESMP

Coordenação Acadêmica:

Reynaldo Mapelli Júnior <http://lattes.cnpq.br/0689174932873818>

Sérgio Seiji Shimura <http://lattes.cnpq.br/0426275034329432>

Realização:

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo CEAF/ESMP